



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA  
COLEGIADO DE ENSINO E GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**CAMILA VILLAÇA COELHO**

**O MOVIMENTO DAS MULHERES RURAIS DO POVOADO DE NOVA  
ESPERANÇA EM ICHU-BA**

Salvador  
2021

**CAMILA VILLAÇA COELHO**

**O MOVIMENTO DAS MULHERES RURAIS DO POVOADO DE NOVA  
ESPERANÇA EM ICHU- BA**

Trabalho de conclusão de curso em Serviço Social,  
Instituto de Psicologia, Universidade Federal da  
Bahia, como requisito para obtenção do grau de  
Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Márcia Tavares

Salvador  
2021

**CAMILA VILLAÇA COELHO**

**O MOVIMENTO DAS MULHERES RURAIS NO POVOADO DE NOVA  
ESPERANÇA EM ICHU-BA**

Monografia apresentada como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social, Instituto de Psicologia, da Universidade Federal da Bahia.

Salvador, 06 de dezembro de 2021.

Banca Examinadora

---

Profa. Dra. Márcia Santana Tavares- Orientadora  
Universidade Federal da Bahia

---

Profa. Dra. Maria de Lourdes Scheffler  
Pesquisadora Associada do NEIM/UFBA

---

Dra. Magaly Nunes de Góis  
Empresa de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Sergipe - PRONESE.

Uma homenagem à minha irmã Ângela Coelho e família, à minha mãe Raimunda Coelho e em memória do meu amado e saudoso pai, Petronílio Coelho.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à minha mãe, por todo investimento em mim e na minha educação todos esses anos, pela garra, pelos conselhos, força e fé em mim, me sinto feliz em está realizando um sonho seu também. A meu pai, que fez sua passagem nesse ano, pelas lindas lembranças, pela ancestralidade, pela resistência, pelo amor. Te sinto, pois você está no canto dos pássaros, no entardecer, no verde das folhas, no cheiro de pasto, em tudo. Serei grata e amarei vocês pra sempre.

Agradeço a minha irmã Ângela por sempre ter se mantido presente na minha vida, mesmo com toda a distância, foi minha grande inspiração para escrever esse trabalho de conclusão de curso (TCC), assim como minha grande inspiração de vida. Obrigada pelo acolhimento e força todos esses anos, te amo imensamente. Agradeço também à família de Ângela por sempre me receberem no povoado, pelo apoio e contribuição para a pesquisa.

Agradeço aos amigos, em especial a Ananda Mendonça e Laís Fagundes, pela amizade, cumplicidade, pela paciência e compreensão, pela força diária, por terem me sustentado muitas vezes, por acreditarem em mim.

Agradeço às minhas amigas da faculdade por terem compartilhado essa história comigo, pelo encontro rico e acolhedor que vou levar para toda a vida. Agradeço em especial a Milena, por ter me acolhido nesse momento, pelas palavras que tinham o mesmo efeito de um abraço. Obrigada amiga.

Agradeço a minha orientadora por ter me acompanhado durante esse processo, pela troca, persistência, atenção, dedicação e compreensão. Agradeço a disponibilidade e atenção da banca examinadora composta por Profa. Dra. Maria de Lourdes Scheffler e Dra. Magaly Nunes de Góis, pra mim é uma honra.

Por fim, agradeço a mim mesma por não ter desistido, por ter sido forte, por ter persistido, mesmo vivendo a dor da perda de duas pessoas importantes para a COVID-19. Grata a espiritualidade por ter me amparado em todos os momentos.

COELHO, Camila Villaça. O movimento das mulheres rurais do povoado de Nova Esperança em Ichu-BA. Orientadora: Dr<sup>a</sup> Marcia Tavares. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social). Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, 2021.

## **RESUMO**

Essa pesquisa tem como objetivo ampliar a discussão de gênero existente no meio rural, através da análise do contexto socio- histórico no qual as mulheres rurais estão inseridas. Verificando, visibilizando e valorizando, em específico, a organização e representatividade das mulheres rurais do povoado de Nova Esperança na Bahia. A análise foi feita por meio de pesquisas bibliográficas e de campo, no intuito de compreender as formas de organização das mulheres para o enfrentamento ao agronegócio, ao êxodo rural e às desigualdades sociais e de gênero ainda existente no campesinato brasileiro. Os resultados da pesquisa mostram que a organização dessas mulheres está na sua participação na agricultura familiar e na inserção em projetos, cooperativas e associações, tornando-se protagonistas nas atividades de geração de renda e segurança alimentar do povoado, contribuindo para a permanência da população no campo e na diminuição das desigualdades existentes.

Palavras-chave: Mulheres rurais. Organização de mulheres. Agricultura familiar. Agronegócio. Êxodo rural.

COELHO, Camila Villaça. The rural women's movement in the town of Nova Esperança/BA. Advisor: Dr. Marcia Tavares. 2021. Course Completion Paper (Bachelor of Social Work). Institute of Psychology, Federal University of Bahia, 2021. Keywords:

### **ABSTRACT**

This research aims to expand the discussion of gender existing in rural areas, through the analysis of the socio-historical context in which rural women are inserted. Checking, making visible and valuing, in particular, the organization and representation of rural women in the village of Nova Esperança in Bahia. The analysis was carried out through bibliographical and field research, in order to understand the ways of organizing women to face agribusiness and the social and gender inequalities that still exist in the Brazilian peasantry. The survey results show that the organization of these women lies in their participation in family farming and in their participation in projects, cooperatives and associations, becoming protagonists in the activities of income generation and food security in the village, contributing to the population's permanence in the field and in the reduction of existing inequalities.

Keywords: Rural women. Women's organization. Family agriculture. Agribusiness. Rural exodus.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1	Feira de Agricultura Familiar e Economia Solidária do povoado de Nova Esperança.....	28
Ilustração 2	Cooperativa De Produção Comercialização e Serviço Padre Leopoldo Garcia (COOPERAGIL).....	29
Ilustração 3	Moradores do povoado de Nova Esperança na distribuição de alimentos pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).....	30
Ilustração 4	Centro São João de Deus.....	30
Ilustração 5	Padre Leopoldo Garcia em reunião com a comunidade de Nova Esperança.....	34
Ilustração 6	Mulheres reunidas na casa de farinha, descascando mandioca e extraíndo a goma para a produção de farinha ou beiju.....	41



## LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>ACC</b>	Associação Central de Cidadania
<b>ASCORNE</b>	Associação Comunitária Rural de Nova Esperança
<b>CAI</b>	Complexo Agro Industrial
<b>CEACO</b>	Colégio Estadual Aristides Cedraz De Oliveira
<b>CESOL</b>	Centro Público de Economia Solidária da Bahia
<b>CMDM</b>	Conselho Municipal dos Direitos da Mulher
<b>CONANDA</b>	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
<b>COOPERAGIL</b>	Cooperativa De Produção Comercialização e Serviço Padre Leopoldo Garcia
<b>COVID-19</b>	Corona Vírus Disease (Doença do Coronavírus) 2019
<b>EJA</b>	Educação de Jovens e Adultos
<b>EPI</b>	Equipamento de Proteção Individual
<b>FPA</b>	Frente Parlamentar Agropecuária
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>MOC</b>	Movimento de organização comunitária
<b>PAA</b>	Programa de Aquisição de Alimentos
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>PNAE</b>	Programa Nacional de Alimentação Escolar
<b>STTR</b>	Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
<b>TCC</b>	Trabalho de conclusão de curso

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2. GÊNERO E RELAÇÕES DE PRODUÇÃO NO CAMPO.....</b>	<b>12</b>
<b>2.1 O AGRONEGÓCIO E OS IMPACTOS NO CAMPO COM RECORTE NAS RELAÇÕES SOCIAIS E DE GÊNERO.....</b>	<b>18</b>
<b>3. SITUANDO O CAMPO DE PESQUISA: O RETORNO AO POVOADO DE NOVA ESPERANÇA.....</b>	<b>26</b>
<b>4. FORTALECENDO LAÇOS: A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES RURAIS NO POVOADO DE NOVA ESPERANÇA.....</b>	<b>38</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>44</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>47</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como objetivo geral analisar como ocorre o movimento das mulheres rurais do povoado de Nova Esperança/BA. E como objetivos específicos: Verificar a representatividade das mulheres na comunidade rural de Nova Esperança/BA; analisar de que modo o associativismo contribui para a visibilidade das mulheres nessas comunidades; identificar de que forma a agricultura familiar e a agroecologia influenciam nas relações sociais e de gênero.

A escolha do tema para essa pesquisa surgiu a partir de uma motivação de cunho pessoal, decorrente da vivência em família em comunidade rural, levando-se a observar e refletir sobre a questão de gênero nas relações de produção, nas comunidades rurais, mais precisamente no povoado de Nova Esperança, no município de Ichu-Ba.

Analisando de que forma as mulheres do povoado se organizam, após perceber uma certa movimentação das mulheres em busca de mudanças no povoado e nas relações sociais e de gênero existentes. Essa pesquisa também aborda uma questão de classe, pois envolve o reconhecimento das mulheres como trabalhadoras rurais.

Nesse contexto desafiante, o movimento das mulheres rurais vem acumulando algumas conquistas na perspectiva da superação das desigualdades e do patriarcado, da promoção da autonomia econômica, participando da construção de novos cenários no semiárido baiano, aplicando novas alternativas de convivência com o semiárido, de forma a ter maior inclusão das mulheres no desenvolvimento sustentável.

As desigualdades de gênero que ocorre na organização, produção e uso da terra, ainda são vivenciadas pelas mulheres rurais. Essas mulheres realizam um conjunto de atividades que ultrapassam o trabalho direcionado ao âmbito doméstico, participam das atividades produtivas da agricultura. Porém, essas atividades executadas pelas mulheres em sua rotina no meio rural são invisíveis à sociedade e subestimadas, tendo em vista que muitas dessas atividades exercidas não se enquadram nas categorias reconhecidas de modo formal pela sociedade em relação ao conceito de trabalho. (FARIA, 2011).

Para atender aos objetivos propostos realizou-se uma pesquisa bibliográfica

sobre o tema em questão, permitindo o estabelecimento de um referencial teórico, que norteará a elaboração da pesquisa. A construção teórica desse estudo se deu a partir de uma ampla revisão bibliográfica e documental, sendo necessária não somente a pesquisa do tema em si, mas também a adoção de uma perspectiva de interseccionalidade que o abrange.

O segundo capítulo foi dividido em duas partes, a primeira parte aborda estudos teóricos sobre as relações de gênero, buscando compreender os espaços e relações onde o gênero se constrói e, abordando a desigual divisão sexual do trabalho, que evidencia a hierarquia masculina e desvalorização do trabalho da mulher, pela qual a mulher do campo tem seu trabalho duplicado e sem reconhecimento, pois sua contribuição produtiva é vista como uma ajuda.

A segunda parte aborda estudos teóricos sobre o agronegócio e os impactos pro campo e para as relações sociais e de gênero no campo, afetando principalmente as mulheres rurais. A agroecologia e o associativismo aparecem como enfrentamento desses impactos, como resistência ao módulo do agronegócio e enfrentamento das desigualdades de gênero no campo.

Para atender aos objetivos propostos, foi necessário conhecer a realidade local e obter sobre o objeto de estudo dados e informações que são essenciais para a pesquisa. Dessa forma, o terceiro capítulo aborda a visita de campo no Povoado de Nova Esperança com o propósito de conhecer mais de perto a trajetória de vida dessas mulheres, focando nas mudanças de suas vidas e do povoado a partir do associativismo, buscando também informações em relação as atividades desenvolvidas pelas mulheres e como se organiza a produção agrícola dessas.

A hipótese que norteou a pesquisa é a de que agroecologia, dentro da agricultura familiar, com maior participação das mulheres na atividade agrícola e a inserção dessas em projetos e organizações associativas e de cooperativismo, vem contribuindo para a valorização e reconhecimento do trabalho das mesmas, inclusive como trabalhadoras rurais.

A partir desses fatores, torna-se de extrema importância a pesquisa nessa área, uma vez que a literatura sobre esse assunto ainda é escassa. E que essa literatura potencializa a discussão sobre a questão de gênero nas comunidades rurais, nesse caso no povoado de Nova Esperança na Bahia. Além de visibilizar e valorizar o próprio movimento das mulheres rurais, que é invisibilizado na sociedade. Contribuindo, dessa forma, não somente para a área do Serviço Social, visto que

pouco é debatido sobre as expressões da questão social que assolam o campo, mas para o campo científico e, sobretudo social.

## 2. GÊNERO E RELAÇÕES DE PRODUÇÃO NO CAMPO

Na década de 1950, pesquisadoras americanas atentaram-se em como as diferenças entre os sexos, pensadas a partir das diferenças biológicas/naturais entre a espécie humana, justificavam e legitimavam as relações desiguais entre homens e mulheres historicamente caracterizadas por uma situação de subordinação das mulheres. As questões voltadas para a subordinação da mulher foram o que as motivaram para investigar e elaborar a construção do conceito de gênero, *com* intuito de estabelecer a diferença entre sexo e gênero, fazendo críticas aos papéis sexuais e ao caráter arbítrio do masculino e do feminino.

Na década seguinte, autoras inglesas e americanas, enfatizaram o caráter social das relações entre os sexos, passando a empregar o termo sexo para se referir às diferenças entre machos e fêmeas e gênero como uma questão cultural, que diz respeito à classificação social em masculino e feminino (OAKLEY, 1972). Porém, o termo gênero só veio à tona entre as feministas americanas na década de 1970 substituindo a expressão “papéis sexuais”. A diferenciação dos sexos é base para a diferenciação de papéis sexuais.

Papéis sexuais é um conceito que se refere aos comportamentos socialmente construídos de uma pessoa a partir do seu sexo (SARDENBERG, MACÊDO, 2008) naturalizando a divisão sexual do trabalho e as relações hierárquicas do homem sobre a mulher.

Destacou-se o sexo como fisiológico que diz respeito às diferenças biológicas, ou seja, características físicas e equipamento biológico, enquanto o gênero é uma construção social e cultural, está relacionado às características comportamentais, aos papéis e funções sociais construídas historicamente como masculinas e femininas, manifestadas de diferentes formas, podendo variar de sociedade para sociedade, no tempo e no espaço (SARDENBERG, 1992).

Dessa forma, a partir de 1980, o gênero foi adotado como categoria política, passando a ser trabalhado como relações sociais de subordinação da mulher ao homem. O uso dessa categoria delimitou e definiu o masculino e o feminino, não somente para identificar substantivos e sujeitos, como também passou a enfatizar o

caráter social das diferenças entre homens e mulheres. (SCOTT, 1991).

Essa categoria de gênero traz consigo um paradoxo, pois além de ser determinada pelas construções do mundo externo, ela é também organizadora desse mesmo mundo, influenciando no social, no econômico, no político, assim como também implica em um sentido mais interior, isto é, na construção de subjetividades e identidades modeladas para serem de fato diferentes.

Deve-se levar em consideração que as relações entre os gêneros são também relações sociais construídas e determinadas por questões políticas, culturais, históricas e sociais atravessadas por recortes de classe, raça/etnia, geração e idade que vão definir experiências femininas e masculinas de formas diferentes (SARDENBERG, 1992). Portanto, é necessário incluir nessa reflexão os recortes de classe e raça/etnia entre outros, pois, é a partir desses recortes que se torna possível visualizar os aspectos que rodeiam essas relações desiguais.

A reflexão sobre a categoria de gênero é fundamental para a compreensão desses significados culturais, sociais, que estão impregnados nas sociedades e que atribuem essa diferenciação entre homens e mulheres, com constante subordinação da mulher. A divisão sexual do trabalho é uma expressão dessa assimetria entre homens e mulheres, e um processo natural (STANCKI, 2003). É através do gênero que se organiza e legitima a divisão sexual do trabalho e a construção dos papéis sociais. No processo de divisão social do trabalho, as atividades de produção e reprodução são especializadas e realizadas de acordo com o sexo das pessoas, caracterizando como divisão sexual do trabalho. A divisão sexual do trabalho é:

[...] a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos[...] Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.) (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599).

Para Stancki (2003):

As delimitações de espaço laboral masculino e feminino, entretanto, não são fixas, pois sociedades e épocas diferenciadas podem ter concepções distintas daquilo que é mais "apropriado" para homens e mulheres. Essa divisão, na realidade, também não se concretiza de forma homogênea, pois tanto homens quanto mulheres podem desempenhar tarefas ligadas à reprodução da vida ou ao setor

produtivo.

Não obstante, a masculinização e a feminização de tarefas são construídas e associadas às representações sociais do masculino e do feminino, respectivamente. (STANCKI, 2003, p. 02).

Existem dois princípios organizadores da divisão sexual do trabalho e que são universais em todas as sociedades, legitimados a parte da ideologia naturalista. São eles o princípio da separação, que define trabalho de homens e de mulheres e, o princípio hierárquico, pela qual, o trabalho de homem é de maior valor em relação ao da mulher (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Assim, homens e mulheres realizam diferentes atividades sociais, econômicas, políticas e culturais; têm formas de acesso diferentes em relação à oportunidade de trabalho, a instrumentos de trabalho sejam eles recursos materiais ou não; diferentes acessos à renda, à propriedade de terra etc. São os homens que têm maior poder, que possuem concentração de recursos produtivos, como os meios de produção e a terra, acesso ao conhecimento e o domínio das tecnologias.

As mulheres são treinadas desde a infância para a maternidade, para serem donas de casa através, por exemplo, de brinquedos e brincadeiras infantis que trazem os papéis sociais e sexuais atribuídos a homens e mulheres. As meninas brincam de professoras, enfermeiras, secretarias e de família, enquanto os meninos brincam de astronauta, líderes, brincadeiras com que desenvolvem competências físicas, intelectuais e tecnológicas.

O mercado de trabalho expressa esses valores e símbolos construídos socialmente quanto ao feminino e masculino. A inserção da mulher no trabalho ainda se dá de forma precarizada, principalmente sob dois aspectos centrais. O primeiro ponto é que continuam sendo entendidos como responsabilidade das mulheres e não trabalho, os afazeres do lar, cuidados com os filhos, entre outras atividades associadas à esfera reprodutiva da força de trabalho familiar.

O Estado, por sua vez, não oferece serviços de educação, creches e refeitórios. As mulheres, então, quando não desistem de trabalhar fora de casa, são obrigadas a trabalhar pela própria condição de pobreza, conciliando o trabalho doméstico com outras atividades. Como consequências se sujeitam a jornadas parciais de trabalho, em condições precárias, sem garantia de direitos trabalhistas e com baixa remuneração.

O segundo ponto é que os postos e relações de trabalho que ocupam são

predominantemente associados a postos menos valorizados socialmente, com salários inferiores porque estão relacionados, principalmente, ao cuidado. São ocupações as quais as mulheres já desempenhavam tradicionalmente, grande parte estando inseridas, ainda, em postos de trabalho precários quanto às condições de trabalho, vínculo empregatício, renumeração e proteção social. (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2000). Assim, “[...] as mulheres terminam também por ser maioria entre aqueles que não possuem carteira assinada e não contribuem para a previdência social”. (SARDENBERG; MACÊDO, 2008).

As autoras Bruschini e Lombardi (2000), afirmam ainda que entre as constâncias em relação à ocupação das mulheres no mercado de trabalho, há uma grande quantidade de mulheres em alguns nichos tradicionais femininos como a Enfermagem e o Magistério. Percebe-se, dessa forma que é ainda, prioritariamente a partir de trabalhos relacionados à feminilidade, que as mulheres conseguem fazer sua renda. Porém, houve algumas mudanças, a exemplo da “[...] expansão da ocupação feminina em profissões de nível superior de prestígio, como a Medicina, a Arquitetura, o Direito e mesmo a Engenharia, áreas até há bem pouco tempo reservadas a profissionais do sexo masculino.” (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2000, p. 68).

Essas mudanças foram decorrentes dos movimentos políticos e sociais das décadas de 1960 e 1970, com mudanças de valores culturais, expansão da escolaridade das mulheres, além do aumento das universidades públicas e privadas (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2000), o que deu as mulheres maior possibilidade de inserção nas universidades e assim maior ampliação da participação da mulher no mercado de trabalho, modificando a composição de algumas profissões e postos de trabalho. Não obstante, esse processo não resultou na diminuição de desigualdades entre homens e mulheres, pois, como já exposto anteriormente, as mulheres continuam em grande contingente em postos de trabalhos “femininos”, predominando a divisão desigual do trabalho e “mesmo que as mulheres estejam cada vez mais qualificadas – em decorrência da ampliação do processo de educação formal entre amplos grupos populacionais –, estas ainda ganham menos que os homens.” (SARDENBERG; MACÊDO, 2008), sem levar também em consideração que o trabalho feminino tende a ser subestimado e invisibilizado.

“A socialização familiar, a educação escolar, a formação na empresa, esse conjunto de modalidades diferenciadas de socialização se combinam para a



reprodução sempre renovada das relações sociais” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 667). É necessário compreender como esses espaços influenciam na construção das subjetividades de homens e mulheres e na reprodução da divisão social e sexual do trabalho.

Um desses espaços é o contexto educacional. Tanto a escola como a educação técnico profissional e formal, enquanto um processo de socialização, reforçam os estereótipos e contribuem para a divisão sexual do trabalho. Stancki (2003) afirma que:

Diferenças entre homens e mulheres podem ser reforçadas através dos livros didáticos que apresentam preconceitos e estereótipos masculinos e femininos; da forma como se lida com os meninos e as meninas: divisão das tarefas entre eles, expectativas de comportamentos diferenciados, divisão por filas, atividades distintas em aulas de Educação Física ou por opções masculinas diferentes das femininas no que se refere a cursos profissionalizantes. (STANCKI, 2003, p. 07)

Essa separação entre meninos e meninas no ambiente escolar pode influenciar a orientação profissional escolhida nessa fase (STANCKI, 2003), que também já é condicionada a partir de categorias de profissões designadas para homens e para mulheres, construídas socialmente a partir dos papéis de gênero. As mulheres se encaminham para áreas de Ciências Humanas e de Saúde, áreas mais voltadas para o cuidado enquanto os homens se encaminham para áreas como as Engenharias, voltadas para as tecnologias.

A família também se constitui como um espaço que reproduz a divisão sexual do trabalho na socialização das novas gerações. O modelo dominante de família, baseado, sobretudo, nos valores da burguesia, sustenta os princípios de família patriarcal pela qual o homem/pai é o provedor da família e a mulher/mãe assume papel no âmbito privado, com atividades domésticas e de cuidado, dependentes de seus maridos. Esse modelo de família é visto como natural; essa organização doméstica-familiar reproduz a divisão sexual do trabalho ao defender quais são os papéis do homem e da mulher na família.

No campesinato brasileiro, os padrões tradicionais da divisão sexual do trabalho ainda permanecem. Com o estigma da família do campo de “família tradicional”, as tradições e valores culturais são passados de geração em geração.

As meninas são socializadas para executarem atividades relacionadas no

âmbito de dentro, como cuidar dos irmãos mais novos e/ou fazer tarefas domésticas, apesar de participarem das atividades do roçado, o lugar prioritário das jovens camponesas é o ambiente privado, o doméstico. Enquanto os meninos são orientados para atividades no espaço da produção e do comércio, as mais valorizadas socialmente e que tem o homem como hierarquia. Para Schwendler (2002):

A educação na família constitui-se num importante espaço de construção de gênero, onde os pais educam as meninas e os meninos para determinadas funções sociais, gostos, competências. Na cultura do campo, geralmente, a menina aprende com a mãe, as lidas de casa, os cuidados para com os filhos, o preparo da horta, aprendendo raramente, a discutir política, planejar a produção, negociar e comercializar o produto. Isto cabe ao filho homem, o qual também, muitas vezes, não aprende as lidas da casa e o cuidado com as crianças. (SCHWENDLER, 2002, p. 02).

Esses padrões culturais e sociais acabam por limitar a contribuição das mulheres para a agricultura, reforçando as diferenças entre homens e mulheres como naturais, favorecendo para a invisibilidade do trabalho no campo das mulheres, dificultando o acesso das mulheres à educação e à formação profissional, assim como seu acesso a terra, aos benefícios sociais, crédito, assistência técnica e a comercialização dos produtos.

Dessa forma, a história das mulheres e sua inserção no trabalho é marcada pela exclusão e disparidade econômica. Muitas trabalhadoras rurais vivem sem rendimento ou com um/dois salários mínimos e, essa realidade quanto aos papéis sociais é ainda mais intensa, pelo fato das pessoas do campo manter uma forma tradicional de vida e de se relacionar.

O processo de avanço científico, inovação tecnológica e organizacional, pode refletir de forma positiva para as mulheres rurais, facilitando o acesso à informação e aos movimentos rurais, com novas oportunidades de emprego. Como também e predominantemente, contribuem para reforçar a exclusão das mulheres nas atividades, principalmente mulheres que não tiverem qualificações, visto que são os homens que são direcionados socialmente para trabalhar com tecnologias.

Sendo assim, as mudanças no processo produtivo não têm contribuído de forma significativa para diminuir/eliminar essa divisão entre trabalhos masculinos e femininos, tornando-se evidente a função da cultura patriarcal para a manutenção da

organicidade social, ainda mais intensificada após a modernização do capitalismo, em sua fase industrial, definindo qual o lugar social, político e de produção de mulheres e homens, do meio urbano e do meio rural.

## **2.1. O AGRONEGÓCIO E OS IMPACTOS NO CAMPO COM RECORTE NAS RELAÇÕES SOCIAIS E DE GÊNERO**

O agronegócio atua intensificando as diferenças entre homens e mulheres no campo, visto que, quem adquire maior conhecimento tecnológico em sua escolarização e formação é o homem, sendo as mulheres mais afetadas e excluídas por esse sistema. Nesse item será debatido de que forma o agronegócio foi estruturado e suas principais consequências na estrutura do campo e na vida dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, conforme discutiremos nas próximas linhas.

A partir da década de 1980, o capitalismo mundial iniciou uma nova fase de seu desenvolvimento onde o processo de produção de riqueza continua sendo realizado na indústria, na agricultura e no comércio, porém, as taxas de acumulação e divisão do lucro estão sob hegemonia do capital financeiro e das empresas transnacionais oligopolizadas, as quais controlam o mercado mundial.

Com o objetivo de obter maior produtividade do trabalho e maior renda agrícola, a força de trabalho, o trabalho vivo, foi substituída pelo trabalho morto, com mecanização intensiva. A produção de mercadorias foi caracterizada como produção em escalas em áreas de monocultivo, utilizando cada vez mais fertilizantes químicos e agrotóxicos.

A produção desses agrotóxicos é controlada pelas empresas transnacionais, assim como as sementes híbridas e as modificadas geneticamente em laboratório, conhecidas como transgênicas. Essas sementes possuem genes que tornam as plantas mais suscetíveis a pragas, sendo necessário o uso intensivo e obrigatório de agrotóxicos.

Essa nova etapa do capitalismo trouxe mudanças para o modelo de produção das mercadorias agrícolas e resultou em uma fase de modernização conservadora, a partir da década de 1990, conhecida como “Revolução Verde”.

A Revolução verde é um modelo de produção agrícola caracterizado pelas técnicas de produção com uso intensivo de maquinários e insumos químicos de origem industrial, com aplicação da biotecnologia (alimentos transgênicos) e de

novas técnicas de irrigação. Esse modelo foi adotado pelas empresas capitalistas no campo e na contemporaneidade é conhecido como a figura do agronegócio.

O conceito de agronegócio vem da mesma categorização proposta por John Davis e Ray Goldberg, com a publicação em 1957 do livro “A Concept of Agribusiness”, na School of Business Administration da Universidade de Harvard, o qual tem como ideia central o fato de o campo estar passando por grandes transformações a partir das “revoluções tecnológicas” e do progresso científico utilizado na agricultura, em que grandes fazendas passaram a ter função comercial. (MENDONÇA, 2015).

A partir da década de 1990 alguns autores começam a substituir a expressão “agricultura moderna” por “agroindústria”. O objetivo era marcar a integração agricultura-indústria, que funcionam de forma integrada dos insumos aos produtos. O agronegócio vem para incorporar essa integração à cadeia produtiva, sendo um conjunto de atividades industriais que controla e gerencia a agricultura. (HEREDIA, PALMEIRA, LEITE, 2010).

No Brasil o termo agronegócio passou a ser utilizado a partir da análise da concepção de *complexo agroindustrial* (CAI). Passou a ser utilizado, então, para justificar a incorporação às cadeias produtivas, que vai desde insumos até o produto e consumidor final, buscando atrair empresas capitalistas e com o objetivo de incluir as atividades agroquímicas e industriais aos cálculos econômicos da agricultura. (CAMPOS, 2011).

O agronegócio torna a agricultura uma forma de comércio, que proporciona acumulação de riqueza e renda sob o controle do grande capital. É dependente de agroquímicos e esses são dependentes de fontes esgotáveis na natureza, como petróleo, nitrogênio, fosfato e potássio. Essa dependência é ainda maior no Brasil devido às importações, com uma atividade econômica altamente submissa do capital estrangeiro. Implicando diretamente na soberania alimentar da população brasileira, pois a produção é prioritariamente para fora, não para o consumo do país. Entende-se por soberania alimentar:

O direito dos povos definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e gestão dos espaços

rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental [...]. A soberania alimentar é a via para erradicar a fome e a desnutrição e garantir a segurança alimentar duradoura e sustentável para todos os povos (Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar. 2001 apud MALUF. 2007, p. 23).

Essa influência sobre a soberania alimentar da população implica diretamente nas situações de vulnerabilidade e pobreza. O agronegócio é responsável pelo aumento das desigualdades sociais, visto que esse modelo não distribui renda e nem gera empregos. Pelo fato de o agronegócio ampliar o mercado interno para os produtos industriais, aparece na mídia, nos discursos de empresas públicas e privadas e nas ações de apoio governamentais como a força-motriz da economia brasileira, como grande gerador de empregos para a população, como responsável por grande parte do Produto Interno Bruto (PIB) do país. Mas, o agronegócio cresce junto com o contexto de pobreza e exclusão social (CAMPOS, 2011) por conta da concentração de renda, de propriedade privada, trabalhos executados pelo maquinário e influência direta na soberania alimentar da população.

O Estado brasileiro contribui para a reprodução dessa pobreza quando se alia com o latifúndio e o agronegócio, tendo em vista sua lógica mercadológica de concentração de riquezas, em contrapartida, visando compensar as consequências que esse modelo traz para a população, intensifica as políticas assistenciais focalizadas. Dessa forma, com a “mão invisível do estado” o Brasil cumpre um papel fundamental para garantir a hegemonia do modelo do agronegócio na produção agrícola, com apoio parlamentar, através da Frente Parlamentar Agropecuária (FPA), conhecida como Bancada Ruralista<sup>1</sup>.

A Bancada Ruralista pluripartidária está relacionada com a modernização da agricultura e prioriza os interesses da classe dominante e das empresas ligadas ao capital no campo em detrimento dos interesses sociais, com maiores investimentos nas empresas rurais, na indústria de biotecnologia, mas, principalmente na pecuária. Para Simionatto e Costa (2012), a “Bancada Ruralista” atual tem laços com o período colonial, representando a reprodução da classe dominante no poder.

Para além de alimentar a pobreza e as desigualdade sociais de forma institucionalizada, o agronegócio é responsável também, pela (re) divisão sexual do trabalho, através de:

---

<sup>1</sup> Para saber mais sobre a FPA, acesse: <https://fpagropecuaria.org.br/>

[...] aspectos técnicos (definir perfil de profissionais de maior demanda e respectivas remunerações), espacial (definindo os lugares com mais ou menos postos) e de gênero (estabelecendo os lugares masculinos e femininos nos processos de trabalho). (CAMPOS, 2011, p. 21).

A grande oferta de alimentos no mercado, incluindo sementes e mudas se tornou preferência em relação à compra deles no interior das propriedades rurais, através da colheita e secagem, trabalho esse feito pelas mulheres. Dessa forma, o agronegócio foi responsável pela redução do trabalho e do espaço da mulher no campo, configurando-se como um modelo hierarquizado e masculino, reduzindo a importância e o espaço de trabalho das mulheres no roçado (CAMPOS, 2011).

Diante dessas transformações, muitas famílias saíram do campo marcando um crescente êxodo rural. Segundo Camarano e Abramovay (1999):

Entre 1990 e 1995 este movimento migratório superou os 5,5 milhões de habitantes. Isto significa que, se esta taxa persistisse durante toda a década, 28% da população rural que vivia no meio rural em 1990 terão mudado sua residência no ano 2000. Em outras palavras, o Brasil da virada do milênio persiste no movimento de desruralização cuja intensidade parece não se ter atenuado muito. (CAMARANO e ABRAMOVAY, 1999, p. 03).

Esses movimentos migratórios rurais foram encabeçados por jovens, com predominância de mulheres, contribuindo para a masculinização e envelhecimento da população do campo:

Nos fluxos de origem rural predominaram as mulheres, com exceção dos anos 60. A magnitude da sobremigração feminina foi diferenciada temporal e regionalmente. Uma consequência do fenômeno da migração diferencial por sexo é o aumento da razão de sexos rural e uma redução desta razão nas áreas urbanas, levando a uma crescente masculinização do meio rural brasileiro. (ABRAMOVAY; CAMARANO, 1999, p. 05).

Os autores trazem algumas hipóteses para esse fator que “A própria família estimula esta migração, uma vez que são bem reduzidas as chances de as moças poderem se estabelecer como agricultoras ou esposas de agricultores” (ABRAMOVAY; CAMARANO, 1999, p. 14). Esse é o contexto da vida das mulheres no campo, as relações intrafamiliares, a situação educacional na busca por uma

melhor formação escolar/formal e a oferta no mercado de trabalho nas áreas urbanas, em sua grande maioria trabalho doméstico. Na tentativa de romper com as relações tradicionais do campo, muitas jovens vão para a cidade para trabalhar como domésticas, ou são enviadas para trabalharem na casa de famílias específicas nas cidades próximas. Apesar de contribuir para a reprodução e naturalização do papel social da mulher na sociedade, o trabalho doméstico nas cidades é uma possibilidade de independência econômica.

A migração das mulheres resulta em uma mudança na estrutura familiar do campo, que caracteriza o “novo rural brasileiro”, com a modificação demográfica no meio rural, a diminuição de famílias dedicadas às atividades agrícolas, repercutindo na estrutura de ocupação do mercado de trabalho rural (SCHNEIDER, 2003).

Em decorrência dessa realidade social e econômica do “novo rural brasileiro”, as atividades não agrícolas surgem como alternativas de renda para as famílias que permaneceram no campo, como forma de resistência para continuarem no campo. Sendo assim a renda familiar não está mais relacionada diretamente com a atividade agrícola.

A atividade agrícola acaba por complementar a renda da família, que muitas vezes se emprega em outro estabelecimento rural ou exerce atividades na indústria/comércio. Destaca-se que, no próprio estabelecimento, com atividades ligadas ao artesanato, costura e outras atividades culturais (RUBELO, 2004).

Essas atividades não-agrícolas, essas pluriatividades são conceituadas como:

[...] um fenômeno através do qual membros das famílias de agricultores que habitam no meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou mais rigorosamente, optam pelo exercício de atividades não-agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural. [...] (SCHNEIDER, 2003, p. 91).

Pluriatividade para o autor é “um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura e ao cultivo da terra, e cada vez menos executadas dentro da unidade de produção.” (SCHNEIDER, 2003, p.26).

A agricultura familiar como alternativa de pluriatividade, surge como possibilidade de inserção de seus membros no mercado de trabalho da região, permitindo a reprodução social e econômica das famílias rurais.

Essa alternativa surge a partir da década de 1990, frente à inserção da economia brasileira no processo de abertura para a economia mundial, através da globalização. Este processo de inserção ao modelo capitalista global, acentuou em algumas atividades agrícolas em detrimento de outras, fruto dos acordos estabelecidos em diferentes escalas. [...] sem, no entanto, engrossar os fluxos do movimento que no passado se denominou de êxodo rural, e continuar a viver no espaço rural, desenvolvendo atividades complementares e agregando valor econômico a outras. (RUBELO, 2004, p. 114)

A agricultura familiar resiste em resposta a esse modelo neoliberal, tentando resgatar as formas de agricultura tradicional que preservem o meio ambiente, o conhecimento da população do campo sobre a natureza, a participação de todos da família, incluindo a das mulheres, e expandindo o comércio e como modo de subsistência, indo no processo inverso do ocasionado pelo agronegócio: “pois as famílias têm permanecido no campo, reproduzindo-se demograficamente.” (RUBELO, 2004, p. 118).

Entre os sistemas produtivos que fazem parte da agricultura familiar, destaca-se a agroecologia, uma prática que vai contra o modelo convencional de agricultura por defender os sistemas agrícolas sustentáveis, conservando a biodiversidade ecológica e cultural. Para Caporal et al (2006) significa a junção da ecologia com a agronomia.

Enquanto o processo de modernização da agricultura brasileira volta-se para os insumos modernos sem considerar os limites dos ecossistemas locais e a organização dos conhecimentos tradicionais das populações agrícolas, a agricultura familiar busca formas de manutenção das relações sociais no campo, sendo a principal responsável pela produção de meios de subsistência dos seus membros e da preservação do meio ambiente, através da produção de insumos tradicionais. (SPANEVERELLO, 2008).

A agricultura como base de agroecologia, tem se apresentando como uma importante estratégia de desenvolvimento rural para os agricultores rurais frente às consequências do neoliberalismo (SEVILLA-GUZMÁN, 2007), pois valoriza o manejo ecológico dos recursos naturais voltados para a garantia da sobrevivência da unidade familiar, a partir de propostas participativas tanto de produção como de circulação do produto. Ou seja, possibilita a criação de vários espaços de trabalho coletivos, com vistas à diversificação e dinamização do setor agrícola, buscando integrar nos processos produtivos todos os seus membros da família (SEVILLA-



GUZMÁN e MONTIEL, 2009) com inserção econômica por meio de mercados pequenos, gerando excedente para os produtores familiares. De acordo com Altieri (1989), a agroecologia se constitui em:

[...] uma estrutura teórica destinada a compreender os processos agrícolas de maneira ampla. Os sistemas produtivos são concebidos como uma unidade fundamental de estudo, onde os ciclos minerais, as transformações energéticas, os processos biológicos e as relações socioeconômicas são investigadas e analisadas como um todo [...] a pesquisa agroecológica preocupa-se não em maximizar a produção de uma atividade em particular, mas sim otimização do agroecossistema como um todo. Essa tendência troca a ênfase de uma pesquisa agropecuária direcionada a disciplinas e atividades específicas para tratar de interações complexas entre pessoas, culturas, solos e animais (ALTIERI, 1989, p.18).

É essencial a participação de todos os membros da família nos processos produtivos tendo em vista a necessidade maior e mais intensa de mão de obra. Por conta disso, as mulheres têm uma maior participação na produção, comercialização e gestão do excedente. Porém, levando para uma perspectiva de gênero e de subvalorização do trabalho feminino, o trabalho feminino na agricultura ainda é visto como uma extensão do seu papel de cuidadora e provedora da família, sendo-lhe atribuídas atividades muitas vezes sem remuneração e com atuação invisibilizada. (PACHECO, 2002; PAULILO, 1987; WOORTMANN, 1997).

As atividades das mulheres estão relacionadas mais com a horta, galinheiro, alimentação e serviços domésticos, voltadas para o espaço privado. São atividades consideradas como trabalho “leve”, ainda que desempenhem diversas funções, essas são vistas como uma ajuda. Já os homens desempenham atividades relacionadas com o roçado, a plantação e o mercado, considerado como o trabalho “pesado”. Essas atividades por fazerem parte da esfera de produção ganham maior visibilidade em comparação ao trabalho das mulheres que é identificado como trabalho reprodutivo, como uma extensão do trabalho doméstico. (SCHWENDLER, 2013).

Dessa forma, a partir da omissão e invisibilização do trabalho da mulher do campo, não só é reforçada a hierarquização do trabalho do homem no campo, como também se delimita o que é e o que não é local de trabalho. Essa noção de trabalho “pesado” e trabalho “leve”, associado a homens e mulheres respectivamente, vem de uma construção social onde o gênero vai definir que tipo de trabalho é esse

(SCHWENDLER; THOMPSON, 2017).

É notável que essa hierarquização do valor social do trabalho pelo gênero inviabiliza a participação econômica da mulher na agricultura. Pois, se o trabalho das mulheres, em sua grande maioria, não é considerado trabalho agrícola, estas não conseguem possuir documentação completa e isso dificulta o acesso às políticas públicas da Reforma Agrária e da Agricultura familiar, dificultando também o acesso a direitos civis, políticos e sociais como a Previdência Social (BRASIL, 2007).

O agronegócio intensifica ainda mais essa realidade, pois diferente da agroecologia, na qual todos podem participar apesar de todas essas dificuldades que as mulheres enfrentam, o agronegócio diminui ainda mais a possibilidade de inserção da mulher nos trabalhos produtivos, fazendo com que as atividades das mulheres fiquem restritas à esfera privada, enquanto os homens prioritariamente assumem os postos do agronegócio, com “trabalhos braçais” ou manuseio das máquinas por terem maior domínio sobre as tecnologias, além da posse da terra.

Além da agricultura familiar, a economia solidária também vem possibilitando a obtenção de renda e maior participação e visibilidade para as mulheres. A economia solidária trouxe uma discussão sobre a economia hegemônica, ao se basear na solidariedade, cooperação e reciprocidade. Essa tentativa de organização socioeconômica, segundo Singer (2000), busca criar alternativas de geração de renda para as populações afetadas pelo modelo neoliberal, através da relação solidária entre produtores e consumidores e entre os trabalhadores que buscavam gerir empreendimentos coletivos de forma cooperada. Para os autores Gaiger (2003), Germer (2006) e Sousa e Neves (2011) a economia solidária ajudou a formalizar as associações e cooperativas de trabalhadores, proporcionou maior identificação entre os trabalhadores e seu trabalho, trouxe uma maior apropriação do que foi produzido, visto que excedentes poderiam ser vendidos.

Apesar de não oferecer um emprego estável, as mulheres buscam as associações e cooperativas vinculadas à economia solidária, na busca de uma renda, como forma de sobreviverem e regerem suas próprias vidas. É o que acontece com as mulheres do Povoado de Nova Esperança/Cachimbó no município de Ichu (BA), onde está situado o campo desta pesquisa.

### 3. SITUANDO O CAMPO DE PESQUISA: O RETORNO AO POVOADO DE NOVA ESPERANÇA

A pesquisa empírica foi realizada no povoado de Nova Esperança, no município de Ichu, na Bahia. Ichu apresenta clima semiárido e faz parte do polígono das secas, possui nove povoados: Mumbuca, Barra, Varjota, Nova Esperança, Licurí, Praianos, Formigueiro, Umbuzeiro, sendo Nova Esperança o mais populoso.

Foi no povoado de Nova Esperança que minha irmã nasceu e foi criada, sua história e história da família são fonte de inspiração e força para mim. Sempre ouvi muitas histórias sobre o povoado e sobre pessoas que foram e que são importantes para o desenvolvimento dele. Me chamava atenção nessas histórias, a resistência das mulheres para saírem de uma posição de submissão, em por “a mão na massa”, e da sua supremacia na maioria de projetos que movimentavam a renda do povoado. Uma dessas mulheres, minha irmã, que vi subir sua própria casa tijolo por tijolo, foi quem me apresentou lugares e pessoas importantes para a construção dessa pesquisa.

Foi em Nova Esperança que voltei não mais para visitar parentes e amigos, mas como pesquisadora, com o objetivo de me aprofundar na história da região e na trajetória de vidas de mulheres, que, nesse povoado, estão à frente de muitos projetos. Há uma movimentação dessas mulheres, na tentativa de superar desigualdades e de gerar renda, que trouxe conquistas quanto à sua autonomia econômica e para o próprio povoado, possibilitando-lhes construir novos cenários e aplicar novas alternativas de convivência com o semiárido e com a comunidade do povoado. Mas, quem são essas mulheres? Qual a trajetória de vida dessas mulheres? Por que essa movimentação? O que as impulsiona?

Em busca dessas respostas, realizei em primeiro plano uma revisão bibliográfica e documental sobre gênero, divisão sexual do trabalho, como essa divisão ocorre no campo, a chegada do agronegócio e suas consequências, as formas de resistência para esse modelo de produção e enfrentamentos das desigualdades de gênero no campo: agroecologia, agricultura familiar, economia solidaria. A coleta de dados e informações para a pesquisa foi separada em duas partes. Devido à pandemia da COVID-19, e a necessidade de manter o distanciamento social, uma parte da coleta de dados foi feita de forma *online*, via rede social (WhatsApp, Google Meet). Foram entrevistadas três mulheres que

viveram desde a infância à fase adulta em Ichu, no povoado de Nova Esperança. São elas: Maria, de 42 anos, técnica de enfermagem, mãe de duas meninas e dona de casa; Nalva, 77 anos, professora estadual aposentada, assistente social, diretora da Associação Comunitária dos Amigos do Centro São João de Deus e, Jamile, de 31 anos, mãe de dois filhos, formada em Gestão de Cooperativas, técnica em agropecuária e agente comunitária rural, função através da qual acompanha as famílias do povoado na parte de produção animal, produção vegetal e comercialização dos produtos.<sup>2</sup>

Para a entrevista foi elaborado um roteiro com algumas questões, mas, por se tratar de histórias de vida, a entrevista não foi feita de forma estruturada, com perguntas prontas, procurei interferir o mínimo possível em seus relatos e optei por deixá-las reviverem suas histórias carregadas de luta, ricas em detalhes, memórias saudosas e esperança, por entender que mereciam ser escutadas com muita atenção e respeito. Assim, as mulheres falaram livremente sobre suas trajetórias, sempre alternando entre o tempo passado e presente, trazendo uma ampla visão das mudanças que ocorreram no campo e em suas vidas.

Na segunda parte da coleta de dados, foi realizada uma visita de campo durante a realização da primeira Feira de Agricultura Familiar e Economia Solidária do povoado de Nova Esperança, realizada no dia 03 de outubro de 2021, organizada em parceria com o Centro São João de Deus e a Cooperativa De Produção Comercialização e Serviço Padre Leopoldo Garcia (COOPERAGIL), Centro Público de Economia Solidária da Bahia (CESOL) e o Movimento de organização comunitária (MOC).

A feira foi realizada nas proximidades da praça do povoado, onde os moradores puderam expor seus trabalhos em stands com bazar, hortaliças frescas, plantas, cocadas de licuri, fruto de uma palmeira muito comum no local, lanches, confecções de artesanatos feitos de sisal e palha, que eram confeccionados *in loco*, podendo apresentar aos visitantes a cultura local na confecção de produtos tecidos artesanalmente. A feira também contou com um stand com livretos informativos sobre a convivência no semiárido, como planejar a propriedade e os novos caminhos após da implementação de cisternas. Nesse stand, devido à pandemia de COVID 2019, também estavam sendo doadas máscaras de proteção, assim, o uso

---

<sup>2</sup> Os nomes utilizados são nomes fictícios a fim de resguardar o anonimato das entrevistadas

do equipamento de proteção individual (EPI), foi obrigatório para todos que se encontravam no local. A programação da feira começou com o credenciamento e boas-vindas seguidas da apresentação dos repentistas Davi Ferreira e Delvani, conhecidos na região. Após essa apresentação houve uma palestra com o tema “O plantio de palma forrageira como alternativa a convivência na seca” no prédio da associação. A feira também contou com a apresentação do grupo de samba de roda Escolinha de Ouro, do Bumba meu Boi para divertir as crianças e finalizou com a apresentação de Nayla Paz, uma jovem cantora local.

**Ilustração 1-** Feira de Agricultura Familiar e Economia Solidária do povoado de Nova Esperança.



Fonte: Acervo do autor, 2021.

É importante ressaltar que a feira foi realizada no dia da agroecologia com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar na região, “comer é uma atitude política” disse uma das organizadoras na abertura da feira. O objetivo da feira foi também de gerar renda e de fazer a economia circular pela própria comunidade. As pessoas da comunidade que vendem, as pessoas da comunidade que compram e assim o dinheiro circula na própria comunidade com uma moeda social que depois era revertida em dinheiro.

Entre uma atração e outra, foi realizada visita ao Centro São João de Deus e à Cooperativa De Produção Comercialização e Serviço Padre Leopoldo Garcia

Garcia-COOPERAGIL, acompanhada pela Senhora Jamile, uma das mulheres entrevistadas e que também estava à frente da organização da feira com outras mulheres; por Maria, que também foi entrevistada e por João, um cidadão da região que acompanhou o centro e seus projetos desde o início.

**Ilustração 2** – Cooperativa De Produção Comercialização e Serviço Padre Leopoldo Garcia (COOPERAGIL).



Fonte: Acervo do autor, 2021.

A COOPERAGIL é um prédio que faz parte do Centro São João de Deus. Composta majoritariamente por mulheres, atualmente encontra-se inativa no povoado de Nova Esperança, funcionando na filial, situada no povoado de Barra também no município de Ichu. Tem como atividade econômica a fabricação de diversos produtos voltados para os programas PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar):

Dez famílias trabalhavam com o grupo de produção, onde é produzido a broa e o milho, o bolo de milho, tem a produção de sequilhos, pão de queijo, onde esses produtos é entregue pra o PAA, que é Programa de Aquisição de Alimento e pra PNAE, né? Que é O *Programa Nacional de Alimentação Escolar*, onde a gente entregava pra o município os kits de merenda escolar. E outras organizações, né? Que tem a Arco Sertão, que nós somos filiadas, a Arco Sertão é

uma cooperativa, a gente entrega produções, filiados e o Arco Sertão faz a entrega pra os mercados e aí voltando pra parte da agroecologia. (Jamile, Agente Comunitária Rural do Povoado).

O PAA, política pública para incentivar a agricultura familiar e promover a inclusão social no campo (Brasil, 2003) e o PNAE que estabelece que as escolas públicas comprem de agricultores e agricultoras familiares introduzindo produtos agroecológicos na alimentação escolar, foram criados no intuito de valorizar e promover o desenvolvimento da agricultura familiar local.

Esses programas tem possibilitado a inserção dos agricultores e agricultoras familiares nos mercados institucionais, contribuindo, dessa forma para a permanência no campo, com o combate da pobreza e geração de renda no povoado.

Atualmente o PAA está funcionando de forma emergencial, como medida de enfrentamento aos agravamentos das expressões da questão social no contexto pandêmico da COVID-19. O programa vem garantindo alimentação saudável para as famílias em situação de vulnerabilidade social e beneficia agricultores (as) e seus familiares, gerando renda, pois os alimentos doados para as famílias são comprados desses próprios trabalhadores e trabalhadoras rurais. A Associação Comunitária Rural de Nova Esperança (ASCORNE) recebe os alimentos produzidos pelas mulheres do povoado como coentros, bolos, temperos secos, aipim, beiju e bolachas e, distribui para as famílias de mais três associações do município de Ichu.

**Ilustração 3** – Moradores do povoado de Nova Esperança na distribuição de alimentos pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).



Fonte: Acervo do autor, 2021.

Após comparecimento à Cooperativa, a visita foi realizada na sede, do Centro São João de Deus, onde também funciona a Associação Comunitária dos Amigos do Centro São João de Deus.

O Centro São João de Deus é a sede, é um espaço que a Associação tem para reuniões, encontros, onde as atividades de capacitação formação sociocultural e para o trabalho acontecem. O foco não era criar uma associação para Nova Esperança, mas para o povo do município e de outros integrados à região em que vivíamos. Nós não poderíamos viver isolados. Essa associação não é importante só para Nova Esperança, mas para todo o município, para além dele das parcerias constituídas com outras entidades. (Nalva, diretora geral da Associação Comunitária dos Amigos do Centro São João de Deus).

Essa Associação é uma entidade de natureza filantrópica, declarada como de Utilidade Pública Municipal e Estadual, fundada em 04 de abril de 1999 pelo Padre espanhol Leopoldo Garcia.

O povoado Nova Esperança lhe chamou atenção, casinhas acabadas, pequenas, cozinhando no chão, às vezes do lado de fora porque não tinha uma cozinha, não tinha um banheiro, uma grande pobreza. Faltava até água, quantas vezes ele mandou carro-pipa e pagou do seu dinheiro para despejar água nas casas, nas comunidades, nas casas que tivesse um reserva. [...] ele foi conduzindo e chamando a atenção para os problemas sociais vigentes no nosso município e conseguiu a formação de um grupo de jovens e mulheres e de homens. [...] Daí a ideia de criar uma associação para cuidar daquele povo com dignidade e não ver que eles não vivessem dependente de políticos no período eleitoral. (Nalva, diretora geral da Associação Comunitária dos Amigos do Centro São João de Deus).

A associação desenvolve trabalhos com trabalhadores e trabalhadoras rurais e com a juventude do município, visando o desenvolvimento rural sustentável, de acordo com os princípios da agroecologia, do comércio solidário, buscando o fortalecimento das famílias que lidam com a terra.

Hoje nós procuramos trabalhar da melhor forma possível, conscientizando para que os agricultores não utilizem de produtos químicos, né? Na sua produção, a produção não é cem por cento orgânica, porque tem essa questão ainda que a gente ainda não tem algumas sementes e aí a gente vai comprando, as sementes vem, infelizmente, com um pouquinho de química, mas aí, a parte do solo mesmo, da adubação, é tudo natural, né? Usamos a compostagem



natural, o adubo natural que vem da parte da produção animal, adubo vegetal também que faz todo aquele processo, né? De mistura. E aí, a gente tem esse trabalho de tá conscientizando essas famílias, e dentro das visitas a gente realiza as visitas voltadas todo pra produção agroecológica. (Jamile, Agente Comunitária Rural do povoado).

O centro também tem atuação com juventude do campo, com vistas à melhoria do sistema educacional, com inclusão digital, atuando também com jovens com deficiência visual através de cursos de alfabetização no sistema de escrita e tátil – conhecido como sistema Braille e na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). “[...] Nosso objetivo era melhorar a situação de vida dessas pessoas com deficiência[...]” disse Nalva, diretora geral da associação, segundo a qual o centro pagava uma instituição particular para capacitar professoras de Ichu, e estas repassarem o conhecimento aos jovens atendidos pelo Centro, atuando em Nova Esperança e nos povoados vizinhos.

Durante a visitação identifica-se características de construções espanholas. Há muitos compartimentos como salas de intervenção onde aconteciam os projetos ainda com os quadros com as tarefas, salas para reunião, sala de artes, um refeitório grande, dormitórios e O Centro Digital de Cidadania que faz parte do programa Cidadania Digital, um programa de inclusão sociodigital do Estado da Bahia, com a sede de Ichu. Essa unidade foi inaugurada pelo Governo do Estado da Bahia, na pessoa do então governador, o Sr. Jaques Wagner em 2008 enquanto o Centro era administrado pelo Padre Jesus Rafael Roqueiro, sobrinho do Padre Leopoldo, mas, atualmente, possui apenas computadores antigos e se encontra inativo.



Fonte: Acervo do autor, 2021.

Os trabalhos realizados pelo Centro, desde sua implementação, mudaram a realidade da região. “[...] Através desse centro, chegou muita coisa boa pro município. Tinha tudo lá, psicólogo, professor [...]” disse Maria, em entrevista.

Com a chegada do Padre, foram realizadas visitas, pesquisas, conversas, reuniões com as pessoas do povoado no intuito de apreender as necessidades da comunidade com a própria comunidade.

**Ilustração 5-** Padre Leopoldo Garcia em reunião com a comunidade de Nova

## Esperança.



Fonte: Álbum Padre Leopoldo – Ichu, produzido por alunos do CEACO (Colégio Estadual Aristides Cedraz De Oliveira - Ichu BA). Disponível em <<https://pt.slideshare.net/AndreLuizLimaOliveira/lbum-padre-leopoldo-ichu>>. Acesso em 12 de novembro de 2021.

Nessas reuniões eram discutidas questões relacionadas à trabalho e renda, formação de mão de obra para homens e mulheres, educação, saúde, necessidades das pessoas com deficiência, necessidades dos idosos que formavam grande quantidade de moradores do povoado.

Tornando-se fundamental a discussão pelo Centro sobre o envelhecimento do campo a partir de algumas análises sociais de suas causas, desdobramentos e consequências para a população do povoado. Sendo indispensável pensar estratégias para dar respostas a esse fenômeno, pensando a saúde do idoso e a previdência social com maiores investimentos nessas áreas; assim como refletir sobre formas de reverter esse fenômeno e estimular a permanência da juventude no campo. Tendo em vista que esse envelhecimento traz consequências para a economia da região, por conta da diminuição da mão de obra implicando na não movimentação de sua economia.

Esse envelhecimento é resultado do êxodo rural, incentivado pela

modernização e mecanização do campo, são cada vez mais jovens que vêm deixando o meio rural. Duron *apud* Camarano Abramovay observa que:

[...] Num primeiro estágio da transição demográfica/ocupacional jovens rapazes pouco qualificados emigram, em geral temporariamente, para suplementar a escassa renda da família, especialmente nas etapas iniciais de formação de seus próprios lares, quando têm pouco capital, terra herdada ou trabalho para permitir sua sobrevivência no interior de sua própria unidade produtiva.” (DURSTON *apud* CAMARANO, ABRAMOVAY, 1999, p.13).

Essa realidade observada por Durston faz parte das histórias de muitas famílias do campo:

Meu irmão foi pra São Paulo porque também chegou a certa idade na roça que não tinha o que fazer e ele foi pra lá atrás de emprego, foi sozinho com a cara e a coragem, ficou morando lá em uma garagem, ficava fazendo bico, até arranjar emprego fixo. Estudando, ele não tinha concluído nem o segundo grau ainda, concluiu o segundo grau depois tem um monte de curso lá depois casou ele conseguiu comprar a casinha dele comprar as coisas dele. Mandava dinheiro pra mãe e pra mim pra ajudar com o curso. (Maria, 42 anos).

Assim como os homens jovens saem do campo à procura de trabalhos, inicialmente poucos qualificados, popularmente nomeados como bicos, as meninas saem do campo para trabalhar em casas de famílias como babás ou empregadas domésticas. Maria conta que:

Os mais velhos iam pra lá, chegava lá pariam né? E aí como trabalhavam e tinha contatos e amizade, parentesco e tudo com o pessoal da roça, sempre vinham buscar alguma menina né? Pra poder cuidar dos bebês ou pra ficar como empregada doméstica. Não era trabalho remunerado não, era tipo assim dava o alimento, dava roupa, dava as coisas entendeu? Supria as necessidades e aí era uma espécie de troca, a troca da mão de obra pelas necessidades básicas. [...] Eu fui pra São Paulo com 12 anos ficar como babá do meu sobrinho emprestado, mas fiquei pouco tempo porque na época não poderia estudar a noite. Conclui o ensino médio quando morava com minha vó em Berimbau que era melhor que a roça pra estudar e fiz curso técnico em enfermagem. (Maria, 42 anos).

Durston (*apud* Camarano, Abramovay, 1999, p.13) continua:

Num estágio seguinte desta dupla transição, as moças estão mais

expostas a alternativas à vida numa cultura 'machista' tradicional e alcançam mais anos de educação formal que podem servir como passaporte para trabalhos qualificados e frequentemente não manuais, num novo ambiente.

As migrações de retorno também são uma questão a ser analisada por contribuírem com o envelhecimento do campo. Muitas pessoas após se aposentarem ou estarem com uma boa renda, voltam para o campo para viver uma vida mais tranquila e perto de familiares. Maria conta que a maioria da população que saiu do povoado de Nova Esperança já retornou para o campo e retrata que esse é um desejo dela também quando se aposentar:

As pessoas que saíram de lá foi porque não tinha recursos financeiros pra ficar lá, por questão de fome e necessidade mesmo, a grande maioria já retornou né? Não necessariamente pra lá a maioria sim, mas outros vão pra cidades mais próximas, Serrinha, Ichu, Coité... por causa da questão da tranquilidade e alguns estão retornando pra se aposentar na verdade. Chega à idade aí retornam pra cá pra roça. Até eu e Messias iremos fazer isso. (Maria, 42 anos).

Essa retornada da população para o campo poderia trazer resultados mais positivos, poderia reverter o quadro produzido pelo êxodo rural, mas com a grande saída da juventude e a desproporção entre os sexos, somada à baixa fecundidade acaba por contribuir com o envelhecimento do campo.

Não obstante, muitos saem para trabalhar em outros estados/ regiões e não voltam para o campo, deixando suas famílias, muitas vezes sem colaborar com o meio de subsistência dos mesmos. Nesse sentido o Centro, também se preocupava em debater essas questões: “[...]Porque tantas mulheres viúvas com maridos vivos? porque eles iam embora pra São Paulo, trabalhar, muitas vezes não voltavam, outros iam para o Paraná, ou iam pra outras cidades aqui mesmo na Bahia e os filhos ficavam aí, a mulher ficava aí.” disse Nalva, diretora geral da Associação Comunitária dos Amigos do Centro São João de Deus.

Essas mulheres “viúvas de maridos vivos” acabam se tornando a provedora da família, criando os filhos de forma solo ou com a ajuda dos avós. O que já faz parte da realidade de grande maioria das mulheres que vivem no campo. Além dos cuidados com a casa e com os filhos, as mulheres ficam responsáveis também pela produção na propriedade, quando se tem uma, somado a outros trabalhos, como artesanatos, para complementar a renda.

Toda essa vulnerabilidade social ocasionada pelo êxodo rural, assim como as condições de vida no campo, não só demarcam as relações sociais, como também demarcam as relações no interior das unidades de produção familiar, pela qual muitas vezes a mão de obra infantil é incorporada. Ou seja, o trabalho infantil está relacionado às precárias condições do campo, havendo a necessidade da incorporação da mão de obra infantil para complementar a mão de obra familiar.

Os pais necessitavam da mão de obra dos filhos tanto nos afazeres domésticos e nos arredores da casa, quanto nas atividades da roça, conforme a força física das crianças. Em tempos passados, as famílias eram numerosas e todos participavam da vida produtiva da propriedade, inserindo-se precocemente nas diversas atividades necessárias na propriedade familiar, em conformidade com a divisão social de gênero e a capacidade física e intelectual. (MARIN, et al, 2012, p. 775).

Pode-se notar que o depoimento de Maria muito se aproxima do que foi discutido por Marin et al (2012):

A gente tinha que sair pra outro povoado mais distante pra poder pegar água da fonte, a gente saía de casa 5 horas mais ou menos com a lata pra poder pegar água e era todo mundo não tinha esse negócio de criança não trabalhar, ia todo mundo, criança, adulto. A parte do alimento era muito complicado por ser da roça não tínhamos acesso à cidade grande, aí tudo que tinha que vir da roça mesmo, do campo, a gente tinha que sair cedo pra plantar, a gente mesmo limpava a roça com a enxada, campinava, adultos e criança. Eu mesmo desde pequena saía pra roça pra capinar, pra trabalhar e cuidava da minha irmã. Mãe ia pra esse projeto de limpar as represas e açudes e eu tomava conta da minha irmã e do meu irmão, já assumia a casa, já fazia tudo. [...], mas eu tive uma infância muito boa apesar de ter minhas responsabilidades, a gente também brincava muito, criava as brincadeiras e brinquedos, a gente foi feliz também, muito feliz. (Maria, 42 anos).

Esse trabalho infantil está relacionado às precárias condições do campo, havendo a necessidade da incorporação da mão de obra infantil para complementar a mão de obra familiar, e acaba sendo internalizado, na socialização das crianças na família, como valor e aprendizado para vida adulta. Dessa forma, o trabalho no campo começa desde a infância, comprometendo o tempo de brincar e de estudar, que, possui ainda mais um complicador, visto que as escolas, geralmente, ficam em outros povoados mais distantes e mais desenvolvidos, dificultando assim a conclusão dos estudos dessas crianças. (MARIN et al, 2012).

Maria conta que em sua infância não havia escola no povoado de Nova Esperança, sua primeira escola foi debaixo de uma árvore localizada em frente a uma casa. Este imóvel posteriormente foi cedido por um senhor chamado Chico para que as pessoas pudessem se encontrar. Um ia passando para o outro o conhecimento que tinha, todos eram alunos e professores. Depois construíram uma escola creche com turmas até a 4º série, após a 4º série ela e outras crianças do povoado tinham que se deslocar até o povoado vizinho, de Barra ou para Ichu:

A gente ia de ônibus pra Barra, o ônibus quebrava, a gente ia de jegue, de cavalo, de bicicleta, andando e muitas vezes a gente ia e voltava andando as tantas da noite porque o ônibus quebrava. As vezes a gente chegava em casa onze horas da noite, os pais tudo pela estrada chorando atrás dos filhos achando que tinha acontecido acidente. (Maria, 42 anos).

Devido a essa dificuldade de acesso à escola, Maria foi morar com a avó no município de Conceição de Jacuípe, em Berimbau, onde o sistema educacional era mais acessível e de melhor qualidade, ao concluir o ensino médio foi ser professora do programa Educação de Jovens e Adultos (EJA), atuando no povoado de Nova Esperança no período noturno. “Acabei virando pró de mãe lá, de um monte de gente lá. Eu dava aula à noite, aí como a pessoa ficou sabida, né? Me jogaram pra o turno matutino pra dar aula a criança de quarta série.” Conta Maria, que após esse projeto do EJA, voltou a morar em Berimbau para ingressar no curso técnico de enfermagem em Feira de Santana, concluindo no ano 2006.

#### **4. FORTALECENDO LAÇOS: A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES RURAIS NO POVOADO DE NOVA ESPERANÇA**

Muitas dessas mudanças foram ocasionadas pela organização de mulheres, que eram maioria na composição das reuniões do centro e na produção da cooperativa. É no Centro São João de Deus e na COOPERAGIL que foi sendo construído o movimento das mulheres ruais do povoado de Nova Esperança.

A vida das mulheres no campo ainda é regida por bases patriarcais, sob uma hierarquia de gênero. Pela qual na esfera produtiva, cabe as mulheres os trabalhos que são menos valorizados, sendo visto como ajuda e na esfera da reprodução as mulheres estão ligadas as atividades com a casa, com a família, com a horta e

pequenos animais o que não é reconhecido como trabalho, tendo esse trabalho invisibilizado. (GOIS; TAVARES, 2021).

Dessa forma a divisão sexual do trabalho no campo é marcada por desigualdades e pelo não reconhecimento e invisibilidade do trabalho das mulheres. No povoado de Nova Esperança na Bahia, as mulheres também tinham participação na plantação, mas o papel principal era do homem que arava a terra pra depois as mulheres plantarem. Esse trabalho era visto como uma ajuda ao trabalho do homem e as mulheres ficavam mais restritas ao ambiente privado, como nos conta Maria:

Então, a gente ajudava muito também nessa questão da limpeza, mas era mais do homem. A mulher ficava mais restrita a plantar e ficava fazendo mais serviço em casa, que era tipo preparar a comida, pra quando os homes todos chegassem né?. (Maria, 42 anos).

As mulheres, como forma de complementar a renda, foram se ligando a atividades terciárias ligadas principalmente ao artesanato:

Incomodavam-nos tantas mulheres sentadas em suas casas na calçada tecendo tiras e mais tiras de palha. Essas tiras vendiam um atravessador, que vendiam para os grandes centros, a Salvador pra Feira de Santana, no recôncavo, que lá o pessoal que comprava transformava em chapéus, esteiras, bolsas, principalmente no período junino, com vistas as festas de São João e São Pedro, elas ganhavam centavos por cada braça, que equivalia de dois metros e elas pensavam que estavam vendendo um metro. Era a exploração da mão de obra. (Nalva, diretora geral da associação)

As mulheres do povoado, então, começaram a se reunir pra fazer essas e outras atividades como caçar lenha juntas para o prepara do alimento, pescar, se juntavam também na colheita do feijão e do milho. Começaram a ter mais participação na produção na agricultura familiar, buscando formas de geração de renda pela sua própria situação de pobreza e fome, resultado também do êxodo rural de seus maridos:

A gente vê né a força das mulheres lá realmente é muito bonita, sofrimento e superação minha filha e através da pobreza extrema mesmo, de ver filhos passando fome coisa e tal e ver como ia mudar isso, então elas que plantaram, eu também estou no meio né, a gente limpava terra, apesar de que a maioria das limpezas da terra quem fazia era o homem né com um arado pra poder plantar naquela terra. (Maria, 42 anos).



Onde antes elas realizavam essas atividades para consumo próprio da família, passaram a vender uma parte desses produtos e a ganharem pelo trabalho que estavam fazendo,

[...] o que pode sugerir uma conquista, mas, quando observada pelas lentes de gênero, revela-se uma exploração da força de trabalho feminina, uma vez que agrega novas funções àquelas tradicionalmente desempenhadas por elas no espaço doméstico, o que se configura numa tripla jornada de trabalho. (GOIS; TAVARES, 2021, p. 5).

A chegada da cooperativa foi intensificando esses encontros e essas atividades se tornaram geradoras de renda para suas famílias e para o povoado.

Como contra Maria:

A gente saia por exemplo de madrugada catar umbu, só que na época era pra gente mesmo né? pra consumo próprio. Com o passar do tempo que criou essas cooperativas elas fazem isso hoje ainda só que agora elas vendem. A goiaba, manga, caju, muitos deles já tem nos seus terrenos mesmo, então elas mesmo tiram as frutas e faz as polpas. Então já não compra e quando compra é entre nós mesmo da comunidade que já acaba gerando renda né movimentando o dinheiro ali dentro mesmo. [...] Os bolos de aipim elas mesmos plantam, elas mesmo colhem, as vezes os maridos fazem essa parte. Elas se reúnem e fazem os bolos de aipim. A mandioca também, elas ajudavam na plantação e o homem fica responsável pela colheita e levam pra casa de farinha, nisso as mulheres estão lá todas reunidas pra raspar essa mandioca poder produzir essa farinha que circula por lá. (Maria, 42 anos)

**Ilustração 6-** Mulheres reunidas na casa de farinha, descascando mandioca e extraíndo a goma para a produção de farinha ou beiju.



Fonte: Acervo do autor, 2021.

As mulheres também se reuniam no Centro São João de Deus que visava criar estratégias para melhorar as condições do povoado, valorizando os saberes, fortalecendo a agricultura familiar e a convivência com o semiárido, criando estratégias de geração de renda como a cooperativa e também com os cursos de capacitação pela qual:

A comunidade escolhia o que é que ela preferia entre cursos diversos a partir do saber da comunidade. [...] Os cursos de capacitação para o trabalho eram vagas distribuída por nossas comunidades, na área de artesanato, aproveitando a matéria prima local. Geralmente, a participação, mais de noventa por cento, eram de mulheres, os homens não gostavam muito de se reunir. Alguns nem permitiam a participação das esposas ou filhas. Não é fácil mudar ideias, transformar mentalidades, todos nós sabemos disso. (Nalva, diretora geral da associação)

A vida das mulheres no campo ainda é regida por bases patriarcais e tradicionais “Até hoje problemas existe, dificuldades, incompreensões, de toda ordem.”, disse Dalva. A participação de maioria das mulheres se dá pelo fato de que os homens ficam retidos a seu trabalho na unidade produtiva, enquanto as mulheres são mais atraídas por esses outros tipos de atividade do campo terciário onde

conseguem tirar uma renda.

Essas mulheres não só vêm se inserindo cada vez mais nessas atividades, como estão ocupando espaços de poder. De acordo com Góis e Tavares (2021):

“As mulheres do campo, da floresta e das águas[...] cada vez mais, desempenham funções na gestão, desde secretaria, coletivos, comissões, coordenações e diretorias, adentrando espaços até há bem pouco tempo ocupados exclusivamente por homens. Sua inserção pode ser atribuída à necessidade de reconhecimento, visibilidade e ocupação de espaços de poder.” (GÓIS; TAVARES 2021, p.3-4)

Atualmente no povoado, a diretoria do Centro São João de Deus é formada por mulheres em sua maioria. A presidente e vice presidente do centro são mulheres, assim como a secretária e setor financeiro e o conselho fiscal que é formado por três titulares e três suplente, ambas mulheres. A diretoria é composta por dois homens, mas tem duas funções na diretoria que são feitas por mulheres. Então, são as mulheres do povoado que de certa forma deram continuidade aos trabalhos e debates realizados pelo padre Leopoldo no Centro São João de Deus e que estão à frente dos principais projetos da região.

É no Centro São João de Deus/ Associação São João de Deus, na Cooperativa COOPERAGIL, na casa de farinha e nas plantações nos fundos das casas, onde se dá a organização das mulheres rurais do povoado de Nova Esperança-BA. Através da ocupação das mulheres nesses espaços e através dos resultados dos seus trabalhos para o povoado e para si, as mulheres conseguem se reconhecer e serem reconhecidas como trabalhadoras rurais, tornando-as mais confiantes.

As mulheres do povoado conseguiram não só se emanciparem como também contribuíram para modificações importantes para a comunidade a partir do seu movimento em buscar alternativas para melhorar as condições de vida do povoado e de suas próprias vidas, assim como a partir da organização de seus trabalhos. Sejam esses, atividades geradoras de renda envolvendo outros saberes; sejam eles na produção agrícola, pela qual vem rompendo com a desigual divisão sexual do trabalho no campo reforçado pelo agronegócio e com as bases patriarcais que determinam quais são os trabalhos de mulheres e quais os lugares as mulheres podem ocupar, ao se inserir mais nos trabalhos realizados na agricultura familiar e

em outros espaços de poder, ocupados geralmente por homens.

As mulheres plantam, fazem a colheita, se juntam para a produção, são as mulheres que se reúnem para criar projetos e fazer eles acontecerem, são as mulheres que se reúnem para debater as questões vivenciadas pelo povoado e buscam respostas para essas, são as mulheres que fiscalizam, que são agentes rurais, que buscam informatizar e difundir estratégias para convivência com o semi árido que envolve toda a comunidade. São elas que estão à frente de tudo.

Trazendo alimentação saudável, formas de renda e geração de emprego para a comunidade do povoado, movimentando a economia local ao venderem seus produtos para fora e dentro, fazendo o dinheiro da comunidade circular pela própria comunidade e tirando uma parte para sua própria subsistência e da família, da forma mais agroecologia possível. Essas modificações possibilitaram melhores condições de vida para o povoado e logo, influenciam diretamente na permanência da comunidade no campo, principalmente da juventude e de mulheres que hoje é maioria da população do povoado, visto que esse se tornou mais atrativo.

As mulheres do povoado juntamente com a comunidade, contam com parcerias com o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), Conselho Tutelar, Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM). Conta também com parcerias com todas as associações do município de Ichu/BA, a Associação Central de Cidadania (ACC), Movimento de Organização Comunitária (MOC), Centro Público de Economia Solidária (CESOL), Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR), Arco Sertão e Arco Bahia que tem a sede em serrinha. E seguem na busca pelo rompimento das desigualdades existentes e pela melhoria das condições de vida no povoado de Nova Esperança, como também seguem na busca constante pelo desenvolvimento do sentido trabalho coletivo, da economia solidária, da valorização do trabalho da agricultura familiar ainda que algumas famílias não tenha uma boa quantidade de terra, no investimento na educação, da capacitação e cursos de formação que já dão suporte para buscar renda em outras atividades.

” A cidade é pequena, os povoados também, mas nós vivemos na nossa luta, na organização social também. [...] A política é todos os dias, todos os momentos, todos os nossos atos, é um ato político” disse Dalva, diretora geral da associação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Gênero é uma construção social e cultural que delimita os papéis sociais e constroem as relações sociais de subordinação da mulher ao homem. Através dessa construção, naturaliza-se a divisão social e sexual do trabalho, onde homens e mulheres realizam atividades diferentes. Sendo o homem mais valorizado nas atividades produtivas e as mulheres, com seus trabalhos invisibilizados e não reconhecido na esfera da reprodução. Se configurando em uma relação desigual, atravessada pelo recorte de classe, raça/etnia e geração.

As atividades realizadas pelas mulheres nos cuidados com a casa, com os filhos e em outras atividades associadas a esfera reprodutiva, não são reconhecidas como um trabalho. Com isso, as mulheres se submetem a trabalhos com condições precárias, ou a dois trabalhos e atividades que somatizando jornadas duplas ou triplas de trabalho.

As mulheres do campo também vivenciam essa realidade. A vida dessas mulheres ainda é marcada por esses papéis sociais e padrões culturais construídos e que reforçam as diferenças entre homens e mulheres, sempre colocando a mulher em um papel de subordinação ao homem. Esses padrões reforçam a invisibilidade do trabalho no campo das mulheres e logo pelo não reconhecimento dessas mulheres como trabalhadoras rurais, dificultando o acesso dessas à terra, a benefícios sociais e direitos. Isso ocorre pelo fato de que o trabalho realizado pelas mulheres na agricultura é considerado uma ajuda ou extensão do trabalho realizado no âmbito privado.

Essa realidade é intensificada no modelo do agronegócio que trouxe consequências para a estrutura do campo e para a vida dos trabalhadores rurais, mas principalmente para a vida das mulheres rurais. Pois reforça a exclusão das mulheres das atividades produtivas, configurando-se em um modelo de produção masculinizado, onde os postos de trabalho e inserção no mercado, são assumidos prioritariamente por homens.

Essas mulheres do campo também vão buscar outras atividades, outras alternativas de emancipação e renda, vivenciando mais de uma jornada de trabalho. É o que acontece com as mulheres do povoado de Nova Esperança na Bahia, é possível perceber através dos estudos realizados e da visita de campo que, com a chegada do Padre Leopoldo Garcia e com a construção do Centro São João de

Deus, enquanto que os homens continuam confinados à esfera da produção, no roçado e na plantação, as mulheres vão se inserindo nessa organização, participando das reuniões, construindo e ocupando espaços no âmbito sociopolítico, expondo reflexões diversas, debatendo sobre as expressões da questão social que assolavam o povoado como: a soberania alimentar da comunidade, o êxodo rural, o envelhecimento do campo, trabalho infantil, a educação no campo, questões intensificadas pelo modelo do agronegócio, que implica, como um todo, em situações de pobreza e vulnerabilidade social.

A agricultura familiar com base na agroecologia, diferente do agronegócio, resgata formas da agricultura tradicional de acordo com os saberes da comunidade, buscando um desenvolvimento sustentável para a localidade, preservação das terras e alimentação saudável.

A valorização da agricultura familiar surge, no povoado de Nova Esperança como resistência ao modelo do agronegócio e alternativa de inserção das mulheres no mercado de trabalho da região e em espaços de trabalhos coletivos, através dos cursos de capacitação do Centro São João de Deus e da inserção das mulheres na Cooperativa COOPERAGIL, sendo ambos coordenados e organizados por mulheres do povoado. Onde produzem para vender para fora, para consumo saudável da própria comunidade e para consumo próprio, como modo de subsistência. A qual se reúnem para esse trabalho nas terras e nas casas de farinha, se organizam para tal, fazendo esse trabalho em conjunto, onde o homem também tem a sua participação na produção, sendo a de maior participação as mulheres.

Dessa forma, as mulheres do povoado na tentativa de romper com as relações tradicionais do campo, como forma de se emanciparem e superar as vulnerabilidades vivenciada por elas e pelo povoado, vão se inserindo cada vez mais nas práticas agrícolas, no âmbito da produção e em atividades terciárias<sup>3</sup>, como artesanato.

A economia solidaria também vem se tornando uma forma de obtenção de renda, possibilitando dar visibilidade ao trabalho das mulheres, como foi possível perceber na visitação, onde ocorreu a Primeira Feira de Agricultura Familiar do povoado de Nova Esperança/BA, organizada em sua grande maioria por mulheres,

---

<sup>3</sup> As atividades terciárias são atividades relacionadas ao setor de serviço e comércio de produtos, são também pluriatividades.

que também eram maioria a vender produtos na feira. O trabalho de produção no povoado de é acompanhado pela agente rural que também é uma mulher e atua no acompanhamento das famílias, para que a produção seja feita da forma mais sustentável possível, criando estratégias de convivência com o semiárido.

Assim, percebe-se que a ideia de agir conjuntamente como um movimento coletivo, apresenta-se também como uma alternativa à viabilidade de reprodução econômica e social para as mulheres trabalhadoras rurais. Através das associações, as mulheres passam a participar ativamente das decisões que impactam o assentamento, ressaltando a importância desse espaço para a emancipação social e econômica dessas mulheres, levando também em consideração, mais uma atividade que geraria uma sobrecarga de trabalho.

As mulheres trabalhadoras rurais, além de terem um papel essencial na reprodução socioeconômica das famílias rurais, se tornaram protagonistas, na busca pelo reconhecimento do seu trabalho, na disseminação dos princípios e práticas agrícolas do território ao qual pertencem, contribuindo para o seu empoderamento e autonomia. E são agentes de transformação social, pois influenciaram em melhorias para o povoado, tornando-o mais atrativo, através da geração de empregos e investimento na educação, influenciando na permanência da população no campo.

## REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

BRASIL. Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências, **Diário Oficial da União**, Brasília, 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.696.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.696.htm)> Acesso em 27 de maio de 2021.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. **A Bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo**. Cadernos de Pesquisa, n.110, p.67-104, jul. 2000.

CAMARANO, A. A., ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil** — panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

CAMPOS, C. S. S. **A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio: trabalho e pobreza das mulheres em territórios do agronegócio no Brasil. O caso de Cruz Alta/RS**. Buenos Aires: CLACSO, 2011.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio; PAULUS, Gervásio. **Agroecologia: Matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: MDA, 2006.

DAVIS, John H.; GOLDBERG, Ray A. **A Concept of Agribusiness**. Boston: Harvard University Graduate School of Business Administration, 1957.

FARIA, N. Mulheres rurais na economia solidária. In: BUTTO, A.; DANTAS, I. (Org.). **Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.

GAIGER, L. I. **A economia solidária diante do modo de produção capitalista**. Cadernos CRH, 16(39), 181-211, 2003.

GERMER, C. M. A economia solidária: uma crítica marxista. **Revista do Instituto de Estudos Socialistas**, 14, 193-214, 2006.

GOIS, M. N. de; TAVARES, M. S. A MARCHA DAS MARGARIDAS 2019: Território



de Resistência e Luta Femini(sta) na contra todas as formas de violência, racismo e sexismo. In: GOIS, J. B. H.; SOUZA, S. C. de. (orgs). Grupos Minoritários: histórias, lutas e políticas públicas. Rio de Janeiro: CRV. (No prelo).

HEREDIA, B.; PALMEIRA, M. e LEITE, S. P. Sociedade e economia do “agronegócio” no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, n. 74, outubro de 2010

HIRATA, H.; KERGOAT, D. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. Tradução de Fátima Murad. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

MALUF, R. S. J. **Segurança alimentar e nutricional**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

MARIN Job, SCHNEIDER S, VENDRUSCOLO R, CASTILHO e SILVA CB. O problema do trabalho infantil na agricultura familiar: o caso da produção de tabaco em Agudo-RS. **Revista de Economia e Sociologia Rural** 2012; 50:763-86.

MENDONÇA, M. L. O Papel da Agricultura nas Relações Internacionais e a Construção do Conceito de Agronegócio. In: **Revista Contexto Internacional**. Rio de Janeiro, v. 37, n. 2, maio/agosto, 2015.

OAKLEY, Ann. *Sex, Gender and Society*. New York: Harper, 1972

PACHECO, Maria Emília Lisboa. Agricultura Familiar: sustentabilidade ambiental e igualdade de gênero. In: **Perspectivas de Gênero: Debates e questões para as ONGs**. Recife: GTGênero. Plataforma de Contrapartes Novib / SOS CORPO Gênero e Cidadania, 2002. p. 138-161.

PAULILO, Maria Ignez. **O peso do trabalho leve**. *Ciência Hoje*, v. 5, n. 28, p. 1-7, 1987.

RUBELO, João Geraldo Nunes. O processo de modernização da agricultura brasileira e a pluriatividade da agricultura familiar. **Economia & Pesquisa** (Araçatuba). Araçatuba - SP, v. 6, n.6, p. 108-122, 2004.

SARDENBERG, Cecilia; MACÊDO, M. S. Relações de gênero: uma breve introdução ao tema. In: COSTA, A.A.; RODRIGUES, A.T.; VANIN, I.M. (Orgs.). (Org.). *Ensino e gênero: perspectivas transversais*. Salvador: NEIM/UFBA, 2008, v. 1, p. -.

SARDENBERG, Cecilia. *O gênero em questão: apontamentos*. (Trabalho inédito) Salvador: NEIM/UFBA, 1992.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre (RS): Editora da UFRGS, 2003.

SCHWENDLER, S.F. **A construção do feminino na luta pela terra e na recriação social do assentamento**. In: <http://www.landless-voices.org>, University of Nottingham: Inglaterra, 2002.

SCHWENDLER, Sônia F. **Women's Emancipation through Participation in Land Struggle**. 2013. PhD. (Iberian and Latin American Studies) – Queen Mary University of London, London, England.

SCHWENDLER, Sônia F.; THOMPSON, Lúcia Amaranta. **"An education in gender and agroecology in Brazil's Landless Rural Workers' Movement"**. Gender and Education, London, v. 29, n. 1, p. 100-114, 2017.

SCOTT. Joan. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**. In: S.O.S Corpo. Recife. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betania Ávila, 1991.

SEVILLA- Guzmán, E. **La agroecología como estrategia metodológica de transformación social**. 2007.

SEVILLA- Guzmán, E.; Montiel, M. S. **Del desarrollo rural a la agroecología: Hacia un cambio de paradigma**. Documentación Social, 155, 23-39, 2009.

SIMIONATTO, I.; COSTA, C. R. **COMO OS DOMINANTES DOMINAM: O CASO DA BANCADA RURALISTA**. Temporalis, v. 2, p. 215-234, 2012.

SINGER, P. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: Singer, P.; Souza, A. R. (Org.). **A economia solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.

SOUSA, A.; NEVES, D. Economia solidária e trabalho: elementos para análise das políticas públicas de geração de renda e trabalho. In: **Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos IPEA**, Brasília, 2011.

SPANEVELLO, Rosani Marisa. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. 2008. 223f. Tese (Doutor em Desenvolvimento rural) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

STANCKI, Nanci. **Divisão sexual do trabalho: a sua constante reprodução**. In: I Ciclo de Debates em Economia Industrial, Trabalho e Tecnologia, PUC-SP. 2003. São Paulo, 2003.

WOORTMANN, Ellen; WOORTMANN, Klass. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa.** Brasília, DF: Editora da UNB, 1997.